



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria de Administração e Finanças

Convênio N° 058/2023

Processo n° SEI-150060/000302/2023

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
TCE, O DEPARTAMENTO DE
TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO E O CENTRO DE
TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO, PARA O
DESENVOLVIMENTO DA CARTEIRA
DE IDENTIDADE FUNCIONAL
DIGITAL E SUA DISPONIBILIZAÇÃO
EM AMBIENTE VIRTUAL DE ACESSO.**

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 30.051.023/0001-96, com sede na Praça da República, n° 70, CEP: 20211-351 – Centro – Rio de Janeiro – RJ, doravante denominado **TCE**, neste ato representado por seu Presidente; o **DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, entidade dotada de personalidade jurídica de direito público interno, instituído sob a forma de autarquia estadual pelo Decreto-lei n° 46/75, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 30.295.513/0001-38, com sede nesta cidade, na Avenida Presidente Vargas, n° 817, doravante denominado **DETRAN**, neste ato representado por seu **PRESIDENTE**, Senhor **ADOLPHO KONDER HOMEM DE CARVALHO FILHO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade n° 10.136.088-1, expedida pelo IFP/RJ, e do CPF n° 025.739.687-07; e o **CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, -PRODERJ** - entidade dotada de personalidade jurídica de direito público interno, instituído sob a forma de autarquia estadual pelo Decreto n° 4.188/1981, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 30.121.578/0001-67, com sede nesta cidade, na Rua da Conceição, n° 69, 24° e 25° andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.051-011, doravante denominado **PRODERJ**, neste ato representado por seu **PRESIDENTE**, Senhor **FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade n° 522123-4, expedida pela MARINHA DO BRASIL, CPF: 000.803.557-14, celebram o presente **CONVÊNIO**, pautado na Lei 8.666/1993, para os fins que abaixo especifica:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.O presente Convênio tem por objeto a utilização de recursos humanos, físicos, tecnológicos e materiais, bem como, o intercâmbio de conhecimento, informações, tecnologias e bases de dados entre as partes para o desenvolvimento de carteira de identidade funcional digital do **TRIBUNAL DE CONTAS**

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TCE e implantação em ambiente virtual (aplicativo) de equipamento móvel.

1.2 A carteira de Identidade funcional digital do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TCE** será disponibilizada aos servidores do órgão que possuem carteira de identidade emitida pelo DETRAN-RJ há menos de 10 anos.

1.3. O Plano de Trabalho é parte integrante do presente instrumento.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETIVO

2.1. Proporcionar aos integrantes do **TCE** maior celeridade às trocas do documento, mais segurança ao servidor do TCE-RJ, permitir mais agilidade na confirmação e alteração de dados e, acima de tudo, permitir mobilidade, pois a carteira de identidade funcional digital estará disponível em ambiente virtual sempre que for necessário ser consultada.

2.2. Compartilhar conhecimento de tecnologia da informação existente nos órgãos públicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. O presente Convênio reger-se-á pelo disposto no art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e legislação correlata.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

4.1. As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei Federal nº 13.709/2018.

4.2. No presente instrumento, em relação ao processo de geração do documento digital, o **TCE** assume o papel de controlador e o DETRAN-RJ de operador dos dados pessoais e funcionais que serão gerados na identidade funcional digital e dos dados pessoais sensíveis tratados pelo app, nos termos do artigo 5º, VI e VII da Lei nº 13.709/2018. O DETRAN-RJ assume o papel de controlador dos dados pessoais sensíveis (dados biométricos) que serão gerados na identidade funcional digital, nos termos do artigo 5º, VI e VII da Lei nº 13.709/2018.

4.3. O DETRAN e o TCE deverão guardar sigilo sobre os dados pessoais e pessoais sensíveis compartilhados entre os partícipes e só poderão fazer uso destes dados exclusivamente para fins de cumprimento do objeto deste instrumento, sendo-lhes vedado, a qualquer tempo, o compartilhamento desses dados sem a expressa autorização de ambas as partes ou o tratamento dos dados de forma incompatível com as finalidades e prazos acordados.

4.4. As PARTES deverão notificar uma à outra, por meio eletrônico, em até 2 (dois) dias úteis, sobre qualquer incidente detectado no âmbito de suas atividades, relativo às operações de tratamento de dados pessoais.

4.5. As PARTES se comprometem a adotar as medidas de segurança administrativas, tecnológicas, técnicas e operacionais necessárias a resguardar os dados pessoais que lhe serão confiados, levando em conta as diretrizes de órgãos reguladores, padrões técnicos e boas práticas existentes.

4.6. O TCE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade do DETRAN, diante das obrigações de operador, para a proteção de dados pessoais referentes à execução deste contrato.

4.7. As PARTES ficam obrigadas a indicar encarregado pela proteção de dados pessoais, ou preposto, para comunicação sobre os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

4.8. As PARTES darão conhecimento formal a seus empregados e colaboradores das obrigações e condições acordadas nesta cláusula. As diretrizes aqui estipuladas deverão ser aplicadas a toda e qualquer atividade que envolva o presente instrumento.

4.9. As informações geradas deverão ser permanentemente preservadas e reservadas, observando-se o disposto na lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, sendo vedada a divulgação pelas partes ou por quaisquer pessoas por elas autorizadas, somente sendo juntadas aos processos administrativos, para efeito de prova, quando localizados vícios e fraudes nos documentos consultados.

4.10. Cabe ao TCE

4.10.1. Designar representantes para acompanhar o desenvolvimento e implantação do objeto do Convênio;

4.10.2. Divulgar aos seus servidores a necessidade de possuir cadastro no DETRAN-RJ ou atualizá-lo, caso tenha mais de 10 anos, e encaminhá-los à unidade de atendimento de Identificação Civil existente em suas dependências para solicitação da sua Carteira de Identidade;

4.10.3. Disponibilizar o espaço físico para o DETRAN-RJ efetuar a instalação do posto de atendimento que atenderá os seus servidores;

4.10.4. Encaminhar Termo de Consentimento para tratamento dos dados, assinado por seus servidores, em harmonia com o que preconiza o inciso I do Art. 7º da Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018.

4.10.5. Encaminhar informações necessárias para a confecção da Carteira de Identidade Funcional dos servidores do TCE-RJ ao DETRAN;

4.10.6. Somente utilizar os dados repassados para atualização cadastral, preservando assim, o sigilo dos dados, exceto quando usadas para fins de prova em processo administrativo;

4.10.7. Obedecer à política de segurança da informação do DETRAN;

4.10.8. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, sempre por escrito, assim como quaisquer entendimentos com o Fiscal ou Gestor do Convênio, não sendo consideradas alegações, solicitações ou

quaisquer declarações verbais;

4.10.9. Prestar as informações ao DETRAN necessárias à pesquisa que o próprio TCE requer, de forma on-line, possibilitando ao DETRAN efetuar a busca em seu banco de dados, quanto à conformidade do registro da identificação do servidor do TCE-RJ;

4.10.10. Disponibilizar ao DETRAN-RJ os dados dos servidores, armazenados em sua base de dados, que serão utilizados para geração da carteira funcional digital;

4.10.11. Executar os serviços objeto deste instrumento de acordo com as especificações e normas requeridas, utilizando ferramental apropriado e dispondo de infraestrutura e equipe técnica exigidas para a perfeita execução do objeto.

4.10.12. Atender em 100% (cem por cento) aos requisitos necessários de segurança para intercâmbio de informações entre o DETRAN e o TCE

4.10.13. Atender ao previsto na Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, especialmente o constante no artigo 23, inciso I, no prazo de até 30 dias, a contar da publicação do presente.

4.11. Cabe ao DETRAN:

4.11.1. Designar representantes para o planejamento, a coordenação e o controle do desenvolvimento e implantação do objeto do Convênio;

4.11.2. Preservar o sigilo das informações oriundas do acesso ao sistema de acordo com as normas de segurança de cada partícipe, comprometendo-se em não compartilhar com qualquer outro órgão os dados oriundos do banco do TCE;

4.11.3. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, sempre por escrito, assim como quaisquer entendimentos com o Fiscal ou Gestor do Convênio, não sendo consideradas alegações, solicitações ou quaisquer declarações verbais;

4.11.4. Executar os serviços objeto deste instrumento de acordo com as especificações e normas requeridas, utilizando ferramental apropriado e dispondo de infraestrutura e equipe técnica exigidas para a perfeita execução do objeto.

4.11.5. Indicar os servidores aos quais serão concedidas chaves de acesso ao Banco de Dados de Identificação do TCE;

4.11.6. Atender em 100% (cem por cento) aos requisitos necessários de segurança para intercâmbio de informações;

4.11.7. Montar um Posto de Identificação Civil no local disponibilizado pelo TCE;

4.11.8. Efetuar a Identificação Civil dos servidores do TCE que não possuem carteira de identidade do DETRAN- RJ e daqueles cuja identidade foi emitida há mais de 10 anos;

4.11.9. Disponibilizar os dados biométricos do servidor, armazenados em sua base de dados, para geração da Carteira de Identidade funcional Digital;

4.11.10. Desenvolver o aplicativo e toda a solução necessária para atender ao objeto deste convênio;

4.11.11. Armazenar os dados do backend da aplicação para controles e auditorias futuras;

4.11.12. Atender ao previsto na Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, especialmente o constante no artigo 23, inciso I, no prazo de até 30 dias, a contar da publicação do presente.

4.12. Cabe ao PRODERJ:

4.12.1. Designar representantes para o planejamento e implantação do objeto do Convênio;

4.12.2. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, sempre por escrito, assim como quaisquer entendimentos com o Fiscal ou Gestor do Convênio, não sendo consideradas alegações, solicitações ou quaisquer declarações verbais;

4.12.3. Disponibilizar aos técnicos do DETRAN-RJ os acessos as suas lojas (Apple e Google), necessários para o desenvolvimento, testes, homologação e implantação do aplicativo Identidade Digital TCE;

4.12.4. Disponibilizar os aplicativos em suas lojas da Apple e do Google;

4.12.5. Atender em 100% (cem por cento) aos requisitos necessários de segurança;

4.12.6. Atender ao previsto na Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, especialmente o constante no artigo 23, inciso I, no prazo de até 30 dias, a contar da publicação do presente.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência deste Convênio será de 60 meses, contados a partir da data de publicação do extrato no Diário Oficial.

5.2 É vedada a prorrogação, excetuando-se tal vedação caso a legislação vigente a permita, desde que previamente acordado entre as partes.

5.3 Em caso de prorrogação, o interesse deverá ser manifestado, previamente e por escrito, em até 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA MODIFICAÇÃO

6.1. O presente Convênio poderá ser modificado, exceto quanto ao seu objeto, com a devida justificativa, mediante termo aditivo, desde que tal interesse seja manifestado por um dos partícipes previamente e por escrito, devendo em qualquer caso haver a anuência da outra parte com a alteração proposta.

6.2. Todas as divergências ou dúvidas oriundas deste Convênio serão dirimidas mediante consultas e entendimento entre os partícipes, assinando-se, sempre que necessário, o correspondente termo aditivo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA

Este Convênio poderá, a qualquer tempo, ser denunciado pelos partícipes, devendo o interessado externar formalmente a sua intenção nesse sentido, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data em que se pretenda que sejam encerradas as atividades, respeitadas as obrigações assumidas com terceiros e saldadas os compromissos financeiros entre os partícipes, creditando, igualmente, os benefícios adquiridos no período.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. O presente Convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante prévia comunicação por escrito, com prova de aviso de recebimento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e ainda pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, nos termos do que preceitua a Lei nº 8.666/93.

8.2. Para rescisão decorrente do descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições estabelecidas neste Convênio, deverá o partícipe que se julgar prejudicado notificar o outro partícipe para que apresente esclarecimentos no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

8.3. Prestados os esclarecimentos, os partícipes deverão, por mútuo consenso, decidir pela rescisão ou manutenção do Convênio.

8.4. Decorrido o prazo para esclarecimento, caso não haja resposta, o Convênio será rescindido de pleno direito, independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais.

9. CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1. Este Convênio não implicará na transferência de recursos entre os partícipes.

9.2. Cabe a cada partícipe o custeio das despesas inerentes à execução das ações e obrigações sob sua competência.

9.3. Cada parte responsabilizar-se-á pela remuneração de seus respectivos servidores, designados para as ações e atividades previstas neste Convênio, como de quaisquer outros encargos a eles pertinentes.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Ficam os partícipes responsáveis por exercer a fiscalização da execução do objeto deste Convênio, sendo o DETRAN representado pelos servidores Leonardo Botelho Quirino, ID 4416045-3 e Cintia Maria Fernandes da Silva, ID 4347948-8, da Diretoria de Identificação Civil e o TCE representado pelos servidores Luciana Lopes Dias Benjó, matrícula 02/004562/0-2, Ricardo Correa Leão, Matrícula 02/004755/0-3, da Coordenadoria Setorial de Segurança, e Guilherme Lima Torres Sangineto, matrícula 02/004783/0-8, da Coordenadoria Setorial de Inteligência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Convênio será publicado, na forma de extrato, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, ficando as despesas da publicação a cargo do TCE.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos e as dúvidas porventura existentes serão dirimidos mediante entendimentos entre os partícipes, formalizados por meio de correspondência.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos conforme os preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Cada partícipe será responsável pelos atos praticados pelos funcionários ou prepostos que houver indicado durante a execução do presente Convênio, e responderá pelos fatos, decorrentes de tais atos, que causarem prejuízos ou indenizações de qualquer natureza, seja cível, trabalhista, previdenciária ou securitária, eximindo de responsabilidade as partes que não lhes deram causa.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

As questões decorrentes da execução do presente Convênio e dos instrumentos específicos dele decorrentes que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, renunciando os partícipes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido, o presente Convênio é assinado eletronicamente pelas partes e mais duas testemunhas.

RODRIGO MELO DO NASCIMENTO
Presidente do TCE-RJ

ADOLPHO KONDER HOMEM DE CARVALHO FILHO
Presidente do DETRAN/RJ

FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA
Presidente do PRODÉRJ



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Konder Homem de Carvalho Filho, Presidente**, em 07/06/2023, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Sebastião Rodrigues da Silva, Presidente**, em 07/06/2023, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Melo do Nascimento, Usuário Externo**, em 13/06/2023, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **53472664** e o código CRC **987C0DE2**.

ANEXOS AO CONVÊNIO

MINUTA DE PLANO DE TRABALHO PARA CONVÊNIO SEM REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS

1. DADOS CADASTRAIS

1.1. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CNPJ: 30.051.023/0001-96

Endereço: Praça da República, nº 70 CEP: 20211-351

DDD/Fone: 21 3231-5291

Nome do responsável: RODRIGO MELO DO NASCIMENTO Cargo/função: PRESIDENTE

1.2. DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CNPJ: 30.295.513/0001-38

Endereço: Avenida Presidente Vargas, nº 817 Cidade: Rio de Janeiro Estado: RJ CEP: 20071-71

DDD/Fone: 21 2332-0504

Nome do responsável: ADOLPHO KONDER HOMEM DE CARVALHO FILHO CPF: 025.739.687-07

RG: 10.136.088-1

Órgão expedidor: IFP/RJ Cargo/função: PRESIDENTE

1.3. CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CNPJ: 30.121.578/0001-67

Endereço: Rua da Conceição, nº 69, 24º e 25º andar - Cidade: Rio de Janeiro Estado: RJ CEP: 20071-71

DDD/Fone: (21) 2333-0193

Nome do responsável: FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA

CPF: 000.803.557-14

RG: 522123-4

Órgão expedidor: MARINHA DO BRASIL

Cargo/função: PRESIDENTE

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO.

A conjugação de apoio e esforços técnicos entre os partícipes, de forma não onerosa, sem transferência de recursos financeiros, acerca da utilização de recursos humanos, físicos, tecnológicos e materiais, bem como, o intercâmbio de conhecimento, informações, tecnologias e bases de dados entre as partes para o desenvolvimento de carteira de identidade funcional digital do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TCE e implantação em ambiente virtual (aplicativo) de equipamento móvel.

3. PRODUTOS E METAS.

3.1. Compartilhar conhecimento de tecnologia da informação existente nos órgãos públicos;

3.2. Viabilizar maior celeridade às trocas do documento, proporcionar mais segurança ao servidor do TCE, permitir mais agilidade na confirmação e alteração de dados e, acima de tudo, permitir mobilidade, pois estará disponível em ambiente virtual sempre que for necessário ser consultada;

4. JUSTIFICATIVA.

4.1. O escopo do pretenso convênio entre o DETRAN-RJ, PRODERTJ e o TCE almeja permitir mais agilidade na confirmação e alteração de dados e, acima de tudo, permitir mobilidade, pois a carteira de identidade funcional digital estará disponível em ambiente virtual sempre que for necessário ser consultada, proporcionando segurança ao agente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

5. METODOLOGIA DA INTERVENÇÃO

5.1. Cabe ao TCE:

- 5.1.1. Designar representantes para acompanhar o desenvolvimento e implantação do objeto do Convênio;
- 5.1.2. Divulgar aos seus servidores a necessidade de possuir cadastro no DETRAN-RJ ou atualizá-lo, caso tenha mais de 10 anos, e encaminhá-los à unidade de atendimento de Identificação Civil existente em suas dependências para solicitação da sua Carteira de Identidade;
- 5.1.3. Disponibilizar o espaço físico para o DETRAN-RJ efetuar a instalação do posto de atendimento que atenderá os seus servidores;
- 5.1.4. Encaminhar Termo de Consentimento para tratamento dos dados, assinado por seus servidores, em harmonia com o que preconiza o inciso I do Art. 7º da Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018.
- 5.1.5. Encaminhar informações necessárias para a confecção da Carteira de Identidade Funcional do TCE-RJ ao DETRAN;
- 5.1.6. Somente utilizar os dados repassados para atualização cadastral, preservando assim, o sigilo dos dados, exceto quando usadas para fins de prova em processo administrativo;
- 5.1.7. Obedecer à política de segurança da informação do DETRAN;
- 5.1.8. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, sempre por escrito, assim como quaisquer entendimentos com o Fiscal ou Gestor do Convênio, não sendo consideradas alegações, solicitações ou quaisquer declarações verbais;
- 5.1.9. Prestar as informações ao DETRAN necessárias à pesquisa que o próprio TCE requer, de forma *on-line*, possibilitando ao DETRAN efetuar a busca em seu banco de dados, quanto à conformidade do registro da identificação;
- 5.1.10. Disponibilizar ao DETRAN-RJ os dados dos servidores, armazenados em sua base de dados, que serão utilizados para geração da carteira funcional digital;
- 5.1.11. Executar os serviços objeto deste instrumento de acordo com as especificações e normas requeridas, utilizando ferramental apropriado e dispondo de infraestrutura e equipe técnica exigidas para a perfeita execução do objeto.
- 5.1.12. Atender em 100% (cem por cento) aos requisitos necessários de segurança para intercâmbio de informações entre o DETRAN e o TCE
- 5.1.13. Atender ao previsto na Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, especialmente o constante no artigo 23, inciso I, no prazo de até 30 dias, a contar da publicação do presente.

5.2. Cabe ao DETRAN:

- 5.2.1. Designar representantes para o planejamento, a coordenação e o controle do desenvolvimento e implantação do objeto do Convênio;
- 5.2.2. Preservar o sigilo das informações oriundas do acesso ao sistema de acordo com as normas de segurança de cada partícipe, comprometendo-se em não compartilhar com qualquer outro órgão os dados oriundos do banco do TCE;
- 5.2.3. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, sempre por escrito, assim como quaisquer entendimentos com o Fiscal ou Gestor do Convênio, não sendo consideradas alegações, solicitações ou quaisquer declarações verbais;
- 5.2.4. Executar os serviços objeto deste instrumento de acordo com as especificações e normas requeridas, utilizando ferramental apropriado e dispondo de infraestrutura e equipe técnica exigidas para a perfeita execução do objeto.
- 5.2.5. Indicar os servidores aos quais serão concedidas chaves de acesso ao Banco de Dados de Identificação do TCE;
- 5.2.6. Atender em 100% (cem por cento) aos requisitos necessários de segurança para intercâmbio de informações;
- 5.2.7. Montar um Posto de Identificação Civil no local disponibilizado pelo TCE;
- 5.2.8. Efetuar a Identificação Civil dos servidores do TCE que não possuem carteira de identidade do

DETRAN- RJ e daqueles cuja identidade foi emitida há mais de 10 anos;

5.2.9. Disponibilizar os dados biométricos do servidor, armazenados em sua base de dados, para geração da Carteira de Identidade funcional Digital;

5.2.10. Desenvolver o aplicativo e toda a solução necessária para atender ao objeto deste convênio;

5.2.11. Armazenar os dados do *backend* da aplicação para controles e auditorias futuras;

5.2.12. Atender ao previsto na Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, especialmente o constante no artigo 23, inciso I, no prazo de até 30 dias, a contar da publicação do presente.

5.3. Cabe ao PRODERJ:

5.3.1. Designar representantes para o planejamento e implantação do objeto do Convênio;

5.3.2. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, sempre por escrito, assim como quaisquer entendimentos com o Fiscal ou Gestor do Convênio, não sendo consideradas alegações, solicitações ou quaisquer declarações verbais;

5.3.3. Disponibilizar aos técnicos do DETRAN-RJ os acessos as suas lojas (Apple e Google), necessários para o desenvolvimento, testes, homologação e implantação do aplicativo Identidade Digital TCE;

5.3.4. Disponibilizar os aplicativos em suas lojas da Apple e do Google;

5.3.5. Atender em 100% (cem por cento) aos requisitos necessários de segurança;

5.3.6. Atender ao previsto na Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, especialmente o constante no artigo 23, inciso I, no prazo de até 30 dias, a contar da publicação do presente.

6. FASES E ETAPAS DA EXECUÇÃO

6.1. O pretenso ajuste será executado em 02 fases, consistindo a primeira na solicitação da carteira de identidade dos servidores, e a segunda na confecção das carteiras de identidade funcional digitais.

6.2. A especificação das atividades, formato de arquivos a serem transmitidos, habitualidade e periodicidade das transmissões e outras ações necessárias à execução deste instrumento serão identificadas, especificadas e implementadas mediante a formalização de protocolos executivos, tantos quantos forem necessários, objetivando a programação e o detalhamento dos procedimentos técnicos, operacionais e administrativos relativos às ações ora pactuadas.

7. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

7.1. A execução global do objeto do Convênio terá início a partir da data de publicação de seu extrato e fim no término de sua vigência, por tratar-se de atividade contínua.

7.2. As fases e etapas previstas para sua execução terão o seguinte cronograma (sendo D a data de publicação do Convênio):

FASE	SERVIÇOS	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PRAZO
01	Atualização do cadastro civil dos agentes do TCE	Disponibilizar ao DETRAN o espaço físico para montagem da unidade de atendimento	TCE	D + 2

		Montar a Unidade de Atendimento que fará a identificação dos servidores	DETRAN	D + 5
		Divulgar o serviço entre seus servidores e encaminhá-los ao Posto de Identificação local	TCE	D + 5
		Efetuar a identificação dos servidores	DETRAN	D + 30
02	Desenvolvimento e disponibilização da Carteira de Identidade Funcional Digital	Fornecer dados, inicialmente, por meio de envio de arquivo para carga de dados, que conterá, no mínimo as seguintes informações dos servidores do TCE-RJ: a. nome; b. RG; c. CPF; d. data de nascimento; e. filiação; f. cargo ocupado; g. natureza do vínculo com o Tribunal.	TCE	D + 20
		Disponibilizar ao DETRAN o layout e a imagem do espelho da Carteira funcional	TCE	D + 10
		Desenvolvimento da aplicação a ser utilizada	DETRAN	D + 60
		Disponibilização da aplicação nas lojas Apple e Google	PRODERJ	D + 60
		Criação do Webservice	DETRAN e TCE	D + 360
		Implantação da rotina de consumo das informações via WEBSERVICE	DETRAN e TCE	D + 540

8. UNIDADES RESPONSÁVEIS E GESTORAS DO CONVÊNIO

TCE-RJ	DETRAN-RJ
---------------	------------------

Diretoria-Geral de Segurança Institucional (DSI)	Diretoria de Identificação Civil (DIC)
Luciana Lopes Diaz Benjó	Pedro Paulo Thompson de Vasconcellos
Gestora Técnica TCE-RJ	Gestor DETRAN-RJ
Matrícula 02/004562/0-2	ID 06068260
Ricardo Correa Leão	Leonardo Botelho Quirino
Fiscal TCE-RJ	Fiscal DETRAN-RJ
Matrícula 02/004755/0-3	ID 4416045-3

Referência: Processo nº SEI-150060/000302/2023

SEI nº 53472664

Av. Presidente Vargas, 817, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20071-004
 Telefone: (21) 3460-4040 - www.detran.rj.gov.br/